

A LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA E O SIGNO: UMA ANÁLISE SOBRE TERMO E CONCEITO

DOCUMENTARY LANGUAGE AND THE SIGN: AN ANALYSIS ON TERM AND CONCEPT

Alexandre Robson Martines^a

Carlos Cândido Almeida^b

RESUMO

Objetivo: analisar o signo como o binômio termo-conceito e a relação técnica para aplicação da linguagem documentária. Ademais, pretende-se realizar essa análise explorando algumas teorias do signo: a Semiologia, defendida por Saussure e Semiótica, apresentada por Peirce, assim refletir sobre o conceito em seu papel como signo a fim de verificar como atua no plano discursivo e como se aloja no domínio.

Método: qualitativa, exploratória, analisando as teorias provenientes da Linguística, e da Semiótica peirceana, para compreender a relação entre signo e objeto. Além disso, recuperaram-se trabalhos publicados na área da Organização do Conhecimento, estabelecendo diálogos entre as áreas, proporcionando cruzamento de informações à base da interdisciplinaridade possibilitando a construção de inferências em busca de reflexões e inovações. **Resultado:** os procedimentos inerentes à linguagem documentária podem se tornar mais sistêmicos com a ação interdisciplinar. Nessa perspectiva, a compreensão da natureza do termo, sua relação com o léxico, sua potencialidade em ser um signo, sua historicidade e marcas ideológicas frente à convencionalidade sob o viés linguístico, além de compreendê-lo em sua natureza filosófica com a Semiótica peirceana corrobora a elaboração da linguagem documentária e a sua aplicabilidade normalizadora da significação, respeitando às necessidades dos domínios, porém atentando às práticas sociais. **Conclusões:** as teorias da linguagem têm muito a contribuir em questões teóricas, com as discussões acerca da representação do conhecimento e sua relação com a linguagem documentária, assim direcionar o entendimento da sistematização dos fenômenos linguísticos na elaboração de linguagem documentária, colaborando, assim, para boa prática dos sistemas de organização do conhecimento.

Descritores: Linguística. Semiótica. Organização do Conhecimento. Teoria do Conceito. Análise de Domínio.

^a Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente de Língua Portuguesa, Literatura, na Escola Técnica Professor Fausto Mazzola e docente da Escola Técnica Professor Fausto Mazzola. E-mail: alexandre.martines@unesp.br

^b Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: carlos.c.almeida@unesp.br

1 INTRODUÇÃO

Das preocupações que remontam o universo da Ciência da Informação, destaca-se a Organização do Conhecimento. Essa área específica é fundamentada por amplas discussões, sendo uma delas a representação do conhecimento e da informação que, por sua vez, também discute sobre a aplicação de seus procedimentos de tratamento e de representação do documento e, nessa linha, como se constitui a aplicação da linguagem documentária.

A Organização do Conhecimento consiste em sistematizar intelectual e estruturalmente os conceitos (DAHLBERG, 2006), elemento fundamental para os métodos de indexação, resumo, construção de ferramentas para armazenamento e acesso à base de dados para recuperação de informações, registradas em documentos, além de efetivar a classificação e a categorização (BARITÉ, 2001; SMIRAGLIA, 2001; HJORLAND, 2003, 2009). Tal processo é realizado através de uma linguagem especializada, denominada de linguagem documentária (LARA, 2004, 2008, 2011).

Por linguagem documentária pode-se entender como “línguas convencionadas que traduzem os conceitos-chave dos documentos para línguas reconhecidas por sistemas de informação ou bibliotecas” (ALVARES, 2012, p. 53). Além disso, ainda pode ser denominada de linguagem de indexação, sendo assim assumindo a função de simplificar e condensar “o contexto da linguagem natural para que seja preservada a riqueza contida nos documentos originais” (ALVARES, 2012, p. 53).

Já para Barité (2015, p. 95, tradução nossa), linguagem documentária é uma “denominação alternativa e usual que recebem os sistemas de organização do conhecimento”. Desse modo, entende-se como um recurso muito importante no trabalho de organização e de representação do conhecimento e da informação, já que busca sintetizar os conceitos manifestados no documento, assim dinamizar o processo de organização, classificação, armazenamento, recuperação e difusão.

Dessa forma, a linguagem é vista como fundamental para promover a

tradução dos conceitos extraídos do documento em termos precisos para representá-los, ou seja, é a linguagem que atua como fundamento para a elaboração de termos técnicos aplicados no processo de organização e representação do conhecimento e da informação, os quais promovem processos semânticos inerentes à cognição e à compreensão do conhecimento.

Por representação do conhecimento compreende ser “uma tentativa de se apropriar dos elementos informacionais existentes nas estruturas e processos mentais que compõem o conhecimento individual, para que o saber possa ser socializado” (ALVARES, 2012, p. 33). Por sua vez, a organização da informação é constituída por “meios para recuperar a informação com vistas ao melhor desempenho e fidedignidade”, é um processo de arranjo em que se destaca a “descrição de assunto e de seus objetos informacionais (ALVARES, 2012, p. 35).

Outrossim, a representação da informação se caracteriza por “processos de análise dos documentos para gerar formas de representação que permitam identificá-los e recuperá-los a partir de seus atributos e características principais” (ALVARES, 2012, p. 36). Sendo assim, é válido destacar que “a linguagem é instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento”, mas ainda deve ser entendida como um “fio profundamente tecido na trama do pensamento” (HJELMSLEV, 2013, p. 1).

Nessa perspectiva, é válido salientar que a linguagem especializada é constituída a partir de sua relação com a linguagem natural, ou seja, é resultante de processos cognitivos que condensam o pensamento em uma linguagem responsável pela mediação entre sistemas e usuários, além de ser resultante da constituição do pensamento em forma linguística, por isso a linguagem é um recurso simbólico, cujas práticas sociais são convencionalizadas. Para tanto sua interação entre o objeto de referência e o pensamento é realizada pela mediação de signos.

Por signo, pode-se entender como elemento simbólico que atua para representar a realidade, estabelecer a mediação entre pensamento e objeto, fenômeno ou evento. Além disso, é compreendido como “um conceito e uma imagem acústica”, estruturado por um significante e significado (SAUSSURE, 2006, p. 80), ou ainda “é um signo para algum pensamento que o interpreta; é

um signo de algum objeto ao qual, naquele pensamento, é equivalente”; ou ainda “é um signo, em algum aspecto ou qualidade, que o põe em conexão com seu objeto” (PEIRCE, 2017, p. 269).

Para a semiologia, o signo assume um valor semântico-linguístico produzido pelo estrato social e a compreensão de sua significação é decorrente da análise da imanência desses valores. Para a semiótica peirceana, o signo assume um papel lógico-cognitivo, pois sua sistematização entre signo, objeto e interpretante promove a semiose. Somado a isso, ainda é possível apresentar uma terceira concepção sobre o signo, uma perspectiva ideológica: “um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social)”, como ainda “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signo não existe ideologia” (BAKHTIN, 2006, p. 31).

Diante disso, tem-se como objetivo analisar a atuação do signo como elemento de significação presente no binômio termo-conceito e a relação técnica para aplicação da linguagem documentária. Pretende-se realizar essa análise explorando algumas teorias do signo, destacando-se a Semiologia, defendida por F. Saussure e a Semiótica, apresentada por C. S. Peirce, assim refletir sobre o conceito em seu papel como signo a fim de verificar como atua no plano discursivo e como se aloja no domínio, à base da teoria defendida por M. M. Bakhtin.

Para tanto, aplicou-se uma metodologia de natureza qualitativa, do tipo exploratória, em que se analisa as teorias provenientes da Linguística, como a Semiologia, cuja função é compreender o valor semântico proposto pelo signo, como ainda a Semiótica peirceana para analisar as funções do signo como termo e como conceito e sua relação com objeto, como ainda a concepção de signo ideológico presente na teoria de M. Bakhtin a fim de verificar a intencionalidade e os aspectos ideológicos na configuração dos domínios.

Ademais, recuperaram-se, nas bases de dados Brapci, Google Scholar, trabalhos publicados que já estabeleceram esse diálogo, na área da Organização do Conhecimento, sem período específico. Dentre o material levantado e investigado, destacam-se os trabalhos de Almeida (2009, 2012);

Cintra (1994); Lara (2001, 2004, 2008, 2011); Tálamo e Lara (2007); Maimone e Tálamo (2011).

Como se trata de uma pesquisa de natureza interdisciplinar, levantaram-se os principais conceitos de cada teoria para proceder a análise, dando ênfase a signo, significante, significado, convencionalidade, arbitrariedade, categorias fenomenológicas, *representamen*, objeto, objeto dinâmico, interpretante, semiose para tratar do signo. Ainda se destacaram termo, conceito, terminologia, linguagem documentária, organização e representação do conhecimento, análise documentária para tratar dos aspectos relacionados aos estudos sobre linguagem documentária.

Tais conceitos estão vinculados ao campo semântico relacionado à linguagem documentária e são fundamentais para explicar a díada termo-conceito segundo a abordagem adotada. Dessa forma, proporcionaram-se diálogos entre as áreas, através de cruzamento de informações à base da interdisciplinaridade possibilitando a interpretação e a construção de inferências em busca de reflexões e inovações.

A pesquisa visa a contribuir com as discussões acerca da representação do conhecimento e da informação e sua relação com as teorias da linguagem para a compreensão dos fenômenos linguísticos na constituição, modelação e representação do conceito, através da relação com a semântica tendo como finalidade a reflexão sobre o processo de elaboração da linguagem documentária. Essa linha tem sido desenvolvida especialmente nos trabalhos da autora Marilda Lara e propõe-se continuar o diálogo teórico.

2 LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA PELA PERSPECTIVA DE TEORIAS DA LINGUAGEM

O conhecimento é elementar para o desenvolvimento da humanidade, não só para o desenvolvimento da ciência, mas também no que se refere à própria evolução da sociedade, visto que há implicações acerca da cultura, história e teorias, além da constituição de pensamentos, comunicação e interação.

Destarte, o conhecimento é organizado, classificado e categorizado

conforme a identificação das comunidades discursivas através dos conceitos evocados para representá-lo. Nesse aspecto, a linguagem é ferramenta primordial, pois, na aplicação lexical, há a condução de mecanismos para a constituição do termo, como linguagem especializada, assim manifestam-se os atributos semânticos responsáveis por essa orientação, efetivando práticas procedimentais e cognitivas.

A linguagem reflete os objetivos de quem a manuseia, seja na constituição de um documento, seja na atuação do profissional para a representação do documento, seja na confecção de um documento secundário cuja função é garantir que os conceitos do documento primário sejam representados a fim de identificar o seu conteúdo, seja ainda na utilização do usuário para recuperar a informação. A linguagem aplicada pode evidenciar influências de ordem lógica, sociocultural ou ideológica.

Nessa dimensão, é válido evidenciar que a linguagem documentária possui relação intrínseca com os fatores que constituem o termo e, por sua vez, o conceito. Nessa linha, é objetivo desta seção apontar como o signo pode se aproximar de alguns fundamentos teóricos sobre terminologia e teoria do conceito com o fito de esclarecer os pontos de relação com a linguagem documentária, bem como pontos de conexão com as teorias da linguagem, com ênfase na Semiologia, na Semântica Estrutural, na Lexicografia e na Análise do Discurso que se aplicaram no desenvolvimento deste trabalho.

O signo é elemento fundamental para a materialidade da informação em linguagem, pode ser compreendido como um símbolo. Nesse aspecto, pode ser tratado como fenômeno linguístico de economia discursiva, capaz de ressignificar toda a compreensão de um domínio, pois ao signo é aplicada uma memória discursiva, que é capaz de recuperar contextos, discursos ou valores decorrente das experiências histórico-discursiva em que foi aplicado.

Como produtor de significado, o signo também é capaz de promover o direcionamento de uma linha argumentativa, assim como é o elemento responsável para a estruturação de uma argumentação, de uma enunciação, além de ser o elemento capaz de retomar todo um discurso, identificando-o, ou classificando-o, devido à sua capacidade de retomar todo um argumento.

Nessa perspectiva, é possível aplicar o signo como elemento norteador dos procedimentos de organização da informação e do conhecimento, assim para a Análise Documentária – “exame exaustivo ou sumário de um documento com a finalidade de descrição, classificação indexação ou resumo” (BARITÉ, 2015, p. 29) e para indexação – “operação mais significativa da análise documental que se refere ao processo de descrição e representação do conteúdo temático de um documento” (BARITÉ, 2015, p. 87), o signo é aplicado em dois movimentos:

Primeiro, é extraído de um conjunto lexical aplicado ao documento original, sobre o qual é necessário proceder análises de interpretação e estabelecer a identificação de conteúdo, pois o signo se manifesta no conjunto da enunciação; e segundo, a partir do primeiro, o signo extraído do texto, como índice de conhecimento, é transformado em um tesouro, uma unidade de conhecimento, ou seja, assume a função de linguagem especializada decorrente da aplicação da terminologia, cuja prática é identificar o conceito apresentado como indicador do conhecimento evidenciado pelas informações veiculadas em um documento.

Para Cabré, (2010, p. 365, tradução nossa) terminologia é “conjunto de léxico de especialidade”, o qual se estabelece de modo radical “por motivos basicamente funcionais”. Além disso, sua atuação é inerente à “preocupação diante da multiplicação e da diversificação do conhecimento técnico, assim como de buscas sobre formas comunicativas que assegurem a transferência de conhecimento, serviços e produtos (CABRÉ, 2010, p. 365, tradução nossa).

Dessa forma, a representação do conhecimento é marcada por termo, objeto de “descrição e registro das diferentes terminologias utilizadas nos múltiplos domínios do conhecimento”, assim é material fundamental para atuação da linguagem documentária, já que a “padronização, até então vista como a meta primordial do registro dos termos e a garantia da univocidade científica” (CABRÉ, 2010, p. 398), isto é, por mais que seja tratado como descritor, portanto ferramenta de representação, também deve ser estudado como elemento linguístico e específico para determinar um conceito inserido em uma especificidade de um domínio.

Os termos atuam como mecanismos linguísticos de natureza convencional, de aplicação técnico-científico, cujo objetivo é representar o plano dos conceitos. Dessa forma, aponta Cabré (2010, p. 369, tradução nossa) que “o termo também deve ser entendido como padrão, modelo linguístico, elaborado com o objetivo de estabelecer a univocidade do conceito”, também pode ser aplicado para sistematizar um hábito, um modelo de pensamento e de procedimento diante do conceito (CABRÉ, 2010, p. 369), sendo estes também um reflexo do discurso de um domínio, aproximando-o de um valor social estabelecido, ou resultante de princípios ideológicos.

Por outro lado, é mister compreender que a existência do termo prevê uma contrapartida no conceito. Se o conceito são as concepções que envolvem as práticas cognitivas na representação da realidade; o termo atua como processo de materialização, por conseguinte mediação entre a produção cognitiva e a interação dos usuários.

Assim, é necessário realizar considerações sobre a Teoria do Conceito, trazendo à luz a visão de Dahlberg (1978), para quem, o conceito é a soma de seus predicativos, além de se estabelecer em relações semânticas, tratando do tema sob perspectivas relacionais, considerando o teor convencionalizado do significado. Outrossim, há a percepção de Hjørland (2009), quem propõe uma discussão mais ampla sobre o tema, propondo uma análise sob à epistemologia do pragmatismo, inspirado em Willian James (1898), abrindo caminho para questionar a natureza significativa que envolve os conceitos em um domínio.

O autor defende uma abordagem epistemológica sob os aspectos da filosofia, pois busca entender as relações contextuais, neste ponto se aproxima do historicismo (HJORLAND, 2009). Por outro lado, o pragmatismo adotado em *Concept Theory* (2009) tem como objetivo ser mais explícito e objetivo sobre os propósitos de pesquisa e cognição (HJORLAND, 2009), já que é mais pontual no entendimento sobre a restrição significativa do conceito, pois questiona a aplicabilidade dos aspectos de veracidade que estabelecem a significação. Entende-se que o conceito é elemento central para as atividades de representação da informação e do conhecimento, porém a grande dificuldade é estabelecer parâmetros para a sua concepção e aplicabilidade (HJORLAND,

2009).

Neste cenário, o signo, atuando como conceito, evidencia a condição do ser humano estar em pensamento e este ser possível devido ao papel do signo de mediação da realidade, assim um conceito é um signo sobre outro signo que proporciona um pensamento que se constrói sobre outro pensamento em uma dimensão contínua entre sensação, possibilidade, representação, criatividade, conduta e devir.

Analisar que o conceito se caracteriza como um processo de signo sobre signo, demonstra possibilidades semânticas em sua estruturação e, por isso, há a necessidade de indicações de coerência semântica para poder aplicá-lo a determinados domínios, conseqüentemente delimitar sua dimensão, já que há a necessidade de se efetivar para sistemas informacionais e usuários como um elemento semântico preciso.

Como aponta Alvares (2012, p. 22), “a organização social do conhecimento é a prática cotidiana na organização dos seres, na divisão social do trabalho, na sociologia do conhecimento, na sociologia das profissões, das inovações e de tudo mais que nos cerca”. Logo, entende-se que as contribuições sociais, semânticas, semióticas, pragmáticas e discursivas que tangem aos termos e os enunciados interferem no processo de organização do conhecimento, visto que a manifestação do signo no enunciado não pode ser simplificada em extração de uma terminologia, mas sim haver a análise da significação em fluxo de enunciação e discurso.

Não obstante, no cenário da análise e tratamento do documento, aplica-se a linguagem documentária, a qual se estrutura à base de uma descrição de conteúdo, isto é, de um processo metalinguístico, evidenciado pela Linguística Documentária (LARA, 2011), conceito cunhado no universo acadêmico da Documentação espanhola, sendo importado pela comunidade de especialistas em análise documentária no Brasil, mas especificadamente pelo grupo TEMMA/USP. Por sua vez, a linguagem documentária, também desenvolvida no Brasil pelo mesmo grupo tem como ponto de partida os estudos franceses, em que se destaca o trabalho de Jean-Claude Gardin (1966).

A linguagem documentária – “linguagem convencionalizada cujo propósito é

traduzir os conceitos presentes nos documentos para termos”, podendo também ser compreendida como “linguagem reconhecida por sistemas de informação ou biblioteca, também chamada de linguagem de indexação, para promover a representação de modo profissional” (ALVARES, 2012, p. 24) – demonstra a importância de uma linguagem específica, técnica, valorizando a relevância do termo, para não haver discrepâncias no procedimento de representação, indexação, como também no procedimento de recuperação, além dos procedimentos de classificação.

Desse modo, pode-se entender que a linguagem documentária possui o papel de organização, representação, mediação e recuperação dos conceitos presentes em um documento. Por conseguinte, sempre que se estuda o processo de representação e mediação, o signo ganha evidência.

A Semiologia, por sua vez, discute o papel do signo no processo da significação, assim discute como se estabelecem os elementos do signo. Propondo uma analogia aos conceitos de F. Saussure, significante, que pode ser associado ao termo, e significado, que o próprio linguista definia como conceito (SAUSSURE, 2006).

Nessa perspectiva, o signo proporia uma relação imediata entre termo e conceito, visto que a construção semântica provém de valores sociais previamente estabelecidos, nesse caso não levando o contexto ou o discurso em consideração para evidenciar o conhecimento como produto de uma construção realizada no documento.

Outrossim, o entendimento sobre a disposição dos domínios, que, embora sejam definidores e delineadores do conceito, realizam esse processo sob à luz do discurso, por conseguinte de sua historicidade, interdiscursividade, intencionalidade, direcionalidade e ideologia, pois os domínios são marcados por comunidades discursivas, neste ponto se aproxima da concepção de signo apresentada por M. Bakhtin.

Neste ponto, as teorias acerca da Análise do Discurso têm muito a contribuir, principalmente no que tange à interdiscursividade, “propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2020, p. 286), à ideologia, “uma relação imaginária dos

indivíduos com sua existência, que se concretiza materialmente em aparelhos e práticas” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2020, p. 267) e à intencionalidade discursiva, intenções manifestadas no enunciado do texto, ou seja, objetivos temáticos a serem explorados e esclarecidos, já que é válido considerar que todo conceito é um posicionamento, sendo assim não pode ser entendido como neutro ou indiferente. Consoante Pêcheux (1997):

Se, com efeito, se entende por “não-neutralidade” ou “não indiferença” em relação à descontinuidade ciências/ideologias um tipo de especialização que faria com que um dos dois mecanismos remetesse ao “domínio do desconhecimento”, enquanto que o outro caracterizaria o “discurso científico”, é preciso responder claramente, a nosso ver, que tal *especialização*, ao quebrar a neutralidade e a indiferença, é um mito (PÊCHEUX, 1997, p. 124).

Devido a isso, é importante entender que o conceito não é estático diante da constituição de um domínio, já que, por mais que haja a necessidade de se estabelecer parâmetros de estabilização para atuação desse conceito pela linguagem documentária, ele ainda é reflexo da constituição da linguagem natural. Ainda como aponta Pêcheux: “não é neutro ou indiferente com respeito à ideologia: podemos dizer que ele realiza espontaneamente o acobertamento ideológico da descontinuidade, simulando-a ideologicamente” (PÊCHEUX, 1997, p. 124).

Outrossim, os conteúdos podem ser marcados por interdiscursividade, intencionalidade, ideologias e representatividade, portanto, consoante Pêcheux (1997, p. 91) “a língua se apresenta, assim, como base comum de processos discursivos diferenciados, que são compreendidos nela na medida em que [...] os processos ideológicos simulam os processos científicos”. Sendo assim, o discurso de um documento apresenta objetivos voltados para a eficácia da ciência, todavia em sua representação, busca-se a estabilidade semântica, aplicando a linguagem documentária, a qual dialoga com discurso fluido do documento, elaborado à guisa dos aparatos que caracterizam os aspectos sociais do conceito.

Concomitantemente, é importante a preocupação com a polissemia da palavra, logo todas as implicações semânticas, situações que podem contribuir para modelar um conceito, como podem proporcionar obstáculos para a

representação, como por exemplo a questão da homografia – fenômeno linguístico pelo qual duas formas da mesma escrita (frequentemente da mesma pronúncia) têm significados diferentes (DUBOIS *et al.*, 1998, p. 326) – e da homonímia – identidade fônica (homofonia) ou identidade gráfica (homografia) de dois morfemas que não têm o mesmo sentido (DUBOIS *et al.*, 1998, p. 326), que naturalmente invoca a prerrogativa da polissemia – propriedade do signo linguístico que possui vários sentidos (DUBOIS *et al.*, 1998, p. 471) – e da ambiguidade - propriedade de certas frases realizadas que apresentam vários sentidos.

A ambiguidade pode ser do léxico quando este possui vários sentidos. Ainda é importante salientar que a ambiguidade advém do fato de que a frase possa ter uma estrutura sintática suscetível a várias interpretações (DUBOIS *et al.*, 1998, p. 45). Neste ponto, a teoria da semântica estrutural proposta por Greimas (1973) tem muito a contribuir na sistematização dos lexemas, semas, classemas e sememas, já que é o lexema a instância polissêmica.

Aplicando a teoria greimasiana da semântica estrutural à organização do conhecimento, pode-se entender que, quando são atribuídos os semas ao lexema, os semas (categorias semânticas do conceito) são definidos por uma comunidade discursiva, portanto carrega traços de um domínio a fim de estabelecer a aplicação de extensão e intensão de um semema (descriptor apto para representar o documento).

Fatores de polissemia, ambiguidade e homonímia atrapalham o processo de representação, indexação e recuperação da informação, como ainda para a classificação e a categorização do conhecimento, desse modo o signo sendo aplicado como semema resolveria o problema, pois sua aplicação é condicionada à sua relação com o domínio e com o discurso. Nesses casos, a linguagem documentária está vinculada a elementos de representação do conhecimento como os sistemas de organização do conhecimento – SOCs.

Por sua vez, esses sistemas representam o conhecimento através de instrumentos como taxonomia, esquemas de classificação, tesouro, listas de cabeçalhos, lista de termos autorizados, entre outros instrumentos que desempenham, dentre outras, a função de controle terminológico, assim

proporcionando evolução nas formas de representar o conhecimento, sendo elementar para promover a classificação do conhecimento, assim como trabalho de indexação e, por sua vez, a recuperação de resultados significativos (SANTOS; MOREIRA, 2018).

Esses fenômenos linguísticos – polissemia, ambiguidade e homonímia - abrem muitas discussões, visto que são inerentes à linguagem natural, portanto estão em oposição às necessidades das técnicas de indexação (FUJITA; NARDI, 1998) desenvolvidas para atender à precisão e à preocupação com o uso de linguagem documentária, constituída por especificidades e domínio, para, efetivamente, invocar a comunidade informacional, assim como a comunidade discursiva.

Porém, a linguagem documentária enfrenta outro problema frente à linguagem natural: o dinamismo social e a revitalização linguística, que pode avocar confusões na significação do conceito, pois esse dinamismo não dialoga ativamente com os métodos profissionais, do mesmo modo que a classificação e a categorização não seguem as atualizações em tempo real. Todavia, é inevitável a transformação no que diz respeito à relação social com a informação, por conseguinte isso impacta nos conceitos e em sua significação, interferindo em sua representação e na organização do conhecimento diante da velocidade tecnológica.

Dessa forma, é claro que a formatação dada pela linguagem documentária é fundamental para o processo de indexação por um profissional, em que tratados podem reger as normas, pois representações inadequadas podem comprometer a recuperação dessas informações. Ademais, é preciso compreender a organicidade na revitalização do léxico, como também o dialogismo entre as diversas áreas do conhecimento (LARA, 2001, 2008; LARA; TÁLAMO, 2007; TÁLAMO, 2009; MAIMONE; TÁLAMO, 2011).

Dessa forma, entende-se ser importante relacionar, de modo interdisciplinar, as acepções da Organização do Conhecimento acerca da representação do conhecimento e, por sua vez, as concepções sobre termo, conceito e domínio com as teorias da linguagem, assim explorar a Lexicografia e seus desdobramentos morfológicos para analisar a Terminologia; assim como

analisar as contribuições da Linguística Estrutural, Semiologia e Semântica Estrutural, além da Análise do Discurso para refletir sobre a análise do domínio.

4 O SIGNO COMO TERMO

Para promover este estudo analítico, entende-se como primordial a relação entre a Terminologia e linguagem documentária, encabeçada por Lara (2001, 2008); Lara; Tálamo (2007); Tálamo (2009); Maimone; Tálamo (2011) e os fundamentos tratados por Saussure (2006). Iniciando pelas prerrogativas linguísticas, é importante destacar a consolidação do signo linguístico, já que este é sistematizado em duas partes: significante e significado.

Essa dicotomia evidencia duas linhas objetivas de entendimento do signo: sua estrutura física, seja em símbolos, seja em sons; e sua concepção abstrata, conceitual, intangível que é a materialização da ideia. De antemão, Saussure propõe a primeira discussão entre a compreensão do termo e a compreensão do conceito, evidentemente que o linguista estava distante das preocupações da linguagem documentária, todavia a relação teórica é importante para entender as implicações sobre a constituição do conceito, principalmente pelos aspectos apresentados por I. Dahlberg (1978).

L. Hjelmslev (2013), ao tratar da atualização do signo, em sua Glossemática e o modelo de semiótica conotativa, já evidencia um problema elementar na linguagem natural: além de se estruturar muito próxima à linguagem metafórica, princípio que contribui também para compreender a revitalização do léxico, estudado pela Lexicografia e Morfologia, há um processo de significação, fundamentado na Forma e Substância do signo (HJELMSLEV, 2013).

Quando os signos são aplicados em novos contextos, há uma transmutação no resultado do significado, isto é, a junção anterior de um significante e significado gera, em um novo contexto, o entendimento de um novo significado, porque na constituição do discurso ganha novo sentido, conseqüentemente, forma-se um novo conceito, sendo este analisado pelo princípio de imanência - “a especificidade de seu objeto”, seja como uma descrição, seja como uma construção explicitado por uma metalinguagem, sob

o qual ainda é aplicada uma categoria de veridicção (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 255), ou seja, há uma investigação de seus aspectos semânticos e sua relação com a realidade na constituição da significação.

L. Hjelmslev, em sua Glossemática – uma teoria semiótica – apresenta uma atualização aos termos de F. Saussure, assim o significante está para o plano da expressão, bem como o significado para o plano do conteúdo (HJELMSLEV, 2013).

Além disso, para o dinamarquês, há duas categorias que implicam no sistema – língua – e no processo – texto. Essas categorias são denominadas de Forma e Substância (HJELMSLEV, 2013). A relação entre aspectos da Forma do Conteúdo, importante ressaltar a importância do princípio de imanência nessa relação, pode interferir na constituição da Substância do Conteúdo, assim interferindo na significação.

Assim, é objetivo desta seção analisar alguns aspectos das teorias sobre o signo pelo viés da Linguística Estrutural e Semântica Estrutural para aproximar a relação de signo e terminologia sobre o aspecto de funções estruturais e semânticas na configuração da linguagem documentária.

Evidentemente que esses fatores semânticos inerentes à linguagem natural geram complicações para a Análise Documentária, que, dependendo do documento analisado, requer técnicas para, alinhada à linguagem documentária, evitar a polissemia do termo aplicado para representar o conhecimento, da mesma forma propor confrontos semânticos a fim de restringir o significado específico do conceito e como este se ajusta às necessidades documentais decorrentes de um fluxo informacional condizente com o domínio, permitindo, inclusive, que a representação seja realizada sob os aspectos semânticos já constituídos pelo léxico empregado no documento e não seja observada sua transformação semântica no discurso.

É importante visualizar que os termos consolidados pela tradição são capazes de se remeter a conceitos em margens aristotélicas, ontológicas e teleológicas, ou ainda alinhados às categorias kantianas, todavia há tantos outros termos, que foram revitalizados, que também são capazes de resgatar os conceitos tradicionais, assim como termos tradicionais que, ao longo do tempo,

passaram a se referir a outros conceitos, como por exemplo o termo vilão: outrora era morador da vila, atualmente um fora da lei, ou ainda no universo literário, é aquele que se opõe ao herói.

Para tanto, estudos semânticos tratam esses fenômenos como ampliação e redução de sentido, logo gerando interferências na relação do binômio termo-conceito, já que a relação situacional predispõe o sentido. Diante disso, o pragmatismo é capaz de contribuir para a determinação dos conceitos e seus predicados semânticos (HJORLAND, 2009), pois corrobora a aplicação de fundamentos de verificação da verdade, que podem se manifestar frente às ressignificações dos conceitos e sua relação discursiva com o domínio.

O estudo acerca do termo perpassa pela constituição da Linguística Documentária a fim de que se estabeleçam métodos, ou direcionamentos para que a representação do conhecimento seja eficiente e capaz de ser recuperada pelo usuário. A Linguística Documentária atua como mediadora entre as proposições oferecidas pela linguagem natural e a modelagem dos termos para se obter uma linguagem técnica e específica para os fins de representação, atuação fundamentada pela metalinguagem (LARA, 2001, 2008).

Uma das preocupações da Linguística Documentária, em torno do estudo sobre o termo, além da estruturação em tesouros, é como o estrato linguístico aplicado será responsável pela modelagem conceitual (LARA, 2001, 2008). A intenção da Linguística Documentária é a sistematização de termos para a representação do conceito, entretanto é fato a concepção sobre a limitação de uma linguagem técnica, visto a dinâmica na revitalização dos conceitos, assim como o confronto com os registros sociais e o embate termo x léxico.

A contribuição dos estudos semânticos é justamente para clarear a expectativa desse caminho, já que há um arcabouço teórico que denota o entendimento de que o termo (lexema) é um elemento físico norteador das interações significativas, auxiliado pelos traços argumentativos dos domínios (semas), que por sua vez é formatador da entidade que será projetada em um conceito à busca de uma representação que possa sistematizar o pensamento humano em ferramentas de indexação a fim de eternizar uma concepção individual, ou coletiva (semema) em uma representação linguística sincrônica.

Sobre a relação termo e conceito, mais uma contribuição da Linguística Estrutural para estabelecer a distinção entre os dois e perceber que termo possui uma função de representação, caracterizar a Forma, enquanto o conceito é a entidade, a materialização do pensamento, a identidade cognoscível da compreensão sobre algo no universo simbólico humano, a Substância, o elemento que canaliza a transformação em um paradigma, por isso sua relação com os estudos das ciências cognitivas (HJORLAND, 2009), tanto que é possível vislumbrar um conceito a partir da linguagem iconográfica.

Por outro lado, exige-se um contexto para avocar o conceito, por exemplo, um símbolo convertido em um desenho de caveira, em um domínio faz alusão a piratas, em outro, faz-se a um ambiente que gera perigo e não deve ser ambientado por quem não é habilitado. Pode-se entender que as definições apontadas pelo domínio são delineadas pelos semas, porém esses conceitos são estruturados por algo de experimentação da realidade: o extralinguístico.

Como aponta Hjørland (2009, p. 1522), “a tese de que conceitos são representações mentais é uma visão minoritária da filosofia, em que os conceitos são tipicamente vistos como objetos abstratos ou como habilidades psicológicas ou comportamentais”. Diante disso, entende-se a aproximação ao pragmatismo de W. James, pois para o autor “o pragmatista está primordialmente interessado nos efeitos práticos que podem ser concebidos para fazer uma diferença prática, opondo isto aos efeitos de valor meramente teórico” (DE WAAL, 2007, p. 53).

Nessa perspectiva, observa-se o impacto da semântica na representação do conhecimento, dessa forma, exigem-se procedimentos para o tratamento do termo, a Lexicologia, a Semântica e a Linguística Estrutural podem oferecer à Terminologia embasamento teórico para compreender com mais especificidade os fenômenos da linguagem, assim é possível sistematizar as propriedades do signo que se convertem em termos e em conceitos, avaliando o contexto do documento representado.

Dessa maneira, entende-se que a Linguística Estrutural promove um avanço importante em relação à Semiologia, pois o signo pelo viés saussureano está fixado em um valor social, portanto permite reconhecer a relação termo e

conceito como um fenômeno estático, imotivado, arbitrário e que a convencionalidade não é decorrente dos usos sociais, mas sim de uma matriz, uma trama social, em que os indivíduos nada influenciam.

Por sua vez, a Linguística Estrutural permite a análise do signo pelo princípio de imanência, ou seja, seus predicados são analisados não por uma concepção pré-definida, mas por um processo de verificação da Substância, principalmente relacionada ao conteúdo, já que o processo de descrição dos objetos informacionais são produtos de metalinguagem.

4 SIGNO COMO CONCEITO

O conceito é a parte abstrata da representação do conhecimento humano, uma unidade de pensamento, enquanto o termo é o corpo físico. Frente a isso, é importante discutir como a Organização do Conhecimento debate sobre o conceito de conceito. Para tanto, torna-se primordial o entendimento acerca do conceito promovido por Dahlberg (1978) e Hjørland (2003, 2009).

Para Dahlberg (1978, p. 102), “o conceito é constituído de elementos que se articulam numa unidade estruturada”, assim pode-se dizer que a formação dos conceitos se confirma como “a reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de um determinado objeto”, o qual se estabelece a partir da “compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico”. Nessa linha, sua formulação ocorre a partir de “enunciados sobre os atributos necessários ou possíveis dos objetos que se obtém as características dos respectivos conceitos” (DAHLBERG, 1978, p. 102).

Já para Hjørland (2009, p. 1521, tradução nossa), os conceitos são organizados por sistemas informacionais, desse modo efetiva as relações semânticas, as quais sustentam uma rede informacional, permitindo a atuação de um sistema de recuperação de informação.

Dessa forma, o conceito “não é uma definição, mas seu conteúdo tem uma relação causal apropriada com as coisas no mundo”, por isso seu teor pragmático, já que “isoladamente dos interesses e teorias que motivaram suas construções e, em geral, devemos esperar que concepções e conceitos concorrentes estejam em jogo em todos os domínios o tempo todo” (HJORLAND,

2009, p. 1523, tradução nossa).

Sendo assim, esta seção tem como objetivo debater o papel do conceito como construtor do pensamento e elemento de organização do pensamento, para tanto proporcionou uma aproximação de teorias sobre a semântica, conseqüentemente os aspectos semióticos, pragmáticos e ideológicos com o fito de discutir a relação do conceito com o signo.

Nessa perspectiva, é necessário, em um primeiro momento, analisar a constituição triádica do signo aos olhos da Semiótica peirceana: *representamen*, objeto e interpretante. Diante disso, é válido analisar de que maneira o conceito pode estar relacionado à semiose, processo contínuo de significação (SILVEIRA, 2007).

Sendo assim, é possível também debater sobre a relação entre objeto, o interpretante e o domínio, já que há a presença da experiência na construção do conhecimento partilhado em um determinado campo científico ou cultural além de fatores que constituem a comunidade discursiva explorarem situações extralinguísticas e o hábito como algo decorrente das questões cognitivas durante a representação.

O conceito é chave para explicar como a mente humana significa a relação entre objeto e linguagem e, nessa perspectiva, esclarecer qual é a sua relação com o extralinguístico, assim como se relaciona com o interpretante. Ao compreender o termo como a materialização linguística da coisa referida, ou melhor, o termo deve ser visto como um signo:

Um signo é tudo aquilo que está relacionado com uma Segunda coisa, seu Objeto, com respeito a uma Qualidade, de modo tal a trazer uma Terceira coisa, seu Interpretante, para uma relação com o mesmo Objeto, e de modo tal a trazer uma Quarta para uma relação com aquele Objeto na mesma forma, *ad infinitum* (PEIRCE, 2017, p. 28).

Sendo assim, explorando as concepções da Semiótica peirceana na classificação do signo, pode-se apontar o termo como um legissigno, pois é “uma lei que é um signo”, ou seja, o termo, em paralelo à tricotomia do signo, está para o *representamen*, sendo assim é algo que está para seu objeto (conceito) e para seu interpretante (domínio).

Deve-se ser entendido como uma lei, já que na linguagem documentária,

o termo é instrumento de referência, um mecanismo de acesso a um conhecimento já estabelecido, assim como o descritor que representa um conhecimento, um conteúdo, um domínio, um discurso, visto que “todo legissigno ganha significado por meio de um caso de sua aplicação” (SILVEIRA, 2007, p. 68).

Por outro lado, o termo ainda pode ser associado ao símbolo quando interage ao objeto, no caso, ao objeto dinâmico, ou seja, um objeto conhecido pela relação entre o objeto e a experiência colateral, visto que sua função é identificar seu referente já legitimado pelo domínio. Sendo assim, para a linguagem documentária, o termo exerce a função de símbolo, devido a sua atuação na estabilização do significado, isto é, um sentido normalizado, para promover a representação e a indexação.

O símbolo, na percepção da Semiótica peirceana, pertence à tricotomia do objeto (PEIRCE, 2017). “Um Símbolo é um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de ideias gerais que opera no sentido de fazer com que o Símbolo seja interpretado como se referindo àquele Objeto” (PEIRCE, 2017, p. 53). Pode-se estabelecer o paralelo de que da mesma forma como o termo, para a linguagem documentária, é o instrumento linguístico responsável por ser o descritor de um objeto, praticamente evocando-o; o símbolo constitui o objeto em virtude de uma lei, um legissigno.

Já o conceito, por sua vez, sob a compreensão à base da Semiótica peirceana, pode ser compreendido como resultado da semiose, pois o conceito ganha definições inserido no espectro extralinguístico e suas significações são inerentes ao interpretante. A linguagem natural atualiza a significação constantemente, devido às relações dos objetos com seus interpretantes, ou seja, a experiência colateral permite a associação de predicativos, assim o conceito se atualiza constantemente, além da possibilidade de proporcionar experiências diferentes em domínios diferentes.

Em se tratando de interpretante, na tricotomia do signo peirceano, pode-se reconhecer uma espécie de signo dicente ou dicissigno, pois é composto pela constituição de proposições, em que o sujeito amplia sua significação pela relação com o predicado, assim podendo ser aplicado ao conceito, tendo sua

função representacional definida pela aplicabilidade, promovendo, ao fim e ao cabo desse processo, a semiose, chegando ao estágio de argumento, pois diante da comunidade discursiva é um interpretante final.

Consoante aponta Silveira (2007, p. 34), semiose pode ser entendida como “uma ação, ou influência, que é, ou envolve, uma cooperação de três sujeitos, tais como um signo, seu objeto e seu interpretante, essa tríplice relativa influência não sendo de modo algum resolúvel entre pares”. Nessa perspectiva, Peirce (2017, p. 46) diz que um signo, ou *representamen*, é aquilo que, de certa maneira, “representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino interpretante do primeiro signo”.

Desse modo, pode-se entender o conceito como um signo, já que está no lugar de algo, na intenção de significar algo para alguém, é a construção de um pensamento, de um pensamento sobre pensamento em um contínuo, ou seja, o conceito assume o lugar de uma ideia, de um fundamento, de uma definição acerca de um ser, ou de um fenômeno, assim seu conteúdo será transmitido para alguém, no caso, para uma comunidade discursiva inerente a um domínio. No entanto, esse ajuste entre o conceito e o domínio é fruto da semiose, a qual atua em aspectos cognitivos sobre a comunidade discursiva, sob um hábito mental, já que há a interferência do interpretante.

O interpretante, conforme indica Silveira (2007, p. 45), “constitui-se, pois, no terceiro correlato da tríade semiótica”. Sobre este correlato é importante também destacar que sua função é o resultado, a significação, assim como aponta Silveira (2007, p. 45) “o *representamen* fará com que, por seu intermédio, seja produzida uma ideia do objeto”. Diante disso, entende-se que o conceito, na visão semiótica, realiza-se no terceiro correlato da tricotomia do signo.

Sendo assim, é possível compreender que o conceito em formação, isto é, quando aplicado em situações significativas que seu valor será constituído pela relação predicativa com outros conceitos, pode-se classificá-lo como um dicissigno – um tipo de signo pertencente a tricotomia do interpretante – ou seja, “é um signo que, para o seu interpretante, é um signo de existência real” (PEIRCE, 2017, p. 53). Ademais, Silveira (2007, p. 82): “todo signo que será

caracterizado como Dicissigno será passível de julgamento que considere verdadeiro ou falso quanto à representação do Objeto”.

Além disso, ainda é possível reconhecer o conceito como argumento – um signo no terceiro estágio da tricotomia do interpretante – pois, como representante de um conhecimento já consolidado, de natureza conhecida é uma lei, isto é, “é um signo que, para seu interpretante, é signo de lei” (PEIRCE, 2017, p. 53), fator que por sua própria natureza evoca o significado, visto que, conforme aponta Silveira sobre o argumento ser um signo de lei: “apresenta-se a classe mais geral dos signos, aquela que, no interior da terceira tricotomia, constitui-se a terceira classe”, assim caracterizando plenitude total (SILVEIRA, 2007, p. 87).

Dessa forma, é válido destacar que o argumento se regulariza diante das premissas, sendo estas, no processo de representação do conhecimento, sistematizadas pela análise documentária, na intenção de reconhecer os objetos presentes no documento e a constituição de sua representação através de termos capazes de traduzir os conceitos que identificam as intenções do documento.

É importante refletir sobre as acepções que apontam a relação entre os seres humanos e os objetos, como nomeiam e de que forma procede este ato. Dahlberg (1978, p. 101): “Toda vez que o objeto é pensado como único, distinto dos demais, constituindo uma unidade inconfundível [...] pode-se falar de objetos individuais”.

Esse pensamento é fundamental para evidenciar o princípio do conceito, visto que sua função é representar um elemento único, talvez não de essência única, devido à possibilidade de infinitos matizes predicativos, em sua estruturação paradigmática e sintagmática, porém capaz de evidenciar a unidade, a estabilidade. Nesta linha, percebe-se que a concepção de Dahlberg sobre o conceito, alinha-se na busca da linguagem documentária pela univocidade.

Diante disso, torna-se fundamental analisar, refletir e discutir como se define um conceito, devido às cargas históricas, ideológicas, situacionais, intencionais e discursivas. Porém, em paralelo é necessário estabelecer uma

linguagem documentária capaz de não comprometer os significados construídos socialmente.

Sendo assim, entende-se que a constituição do conceito deve ocorrer à base de uma linguagem especializada, através de tesouros, promovendo as relações conceituais, primordialmente, no eixo paradigmático - eixo correspondente à formação morfológica – como ainda, para ampliar a predicação que caracteriza ou categoriza este conceito, é possível construções sintagmáticas – eixo correspondente à organização sintática – tal resultado efetua a construção de uma rede semântica, a qual é fundamental para ampliar a dimensão significativa do conceito em um domínio como efeito de isotopia – “uma iteratividade, no decorrer de uma cadeia sintagmática, de classemas que garantem ao discurso-enunciado a homogeneidade” (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 276).

Ademais, muitas vezes, o documento é constituído por conceitos providos da linguagem natural, sendo assim ganha-se uma amplitude de significação, devido à essência social e pragmática da língua. Além disso, sua relação com outros conceitos dispostos ao longo do texto também contribui para a amplidão significativa. Nessa perspectiva, a aplicação da linguagem documentária na representação do conhecimento deve manter a preocupação na especificidade dos termos, e estes devem estar aptos a indicar o campo significativo do conceito, do conhecimento representado, que se caracteriza por seu conteúdo indexado.

Ao analisar o conceito sob a óptica de Hjørland (2003, 2009), depara-se com um rol de complexidades estabelecidas pelo teórico, somado ao fato de que há uma larga produção com atualizações sobre modo de enxergar o tema. Hjørland também analisou as considerações da Dahlberg sobre a definição do conceito. Questionou a limitação dos pensamentos positivistas e, sob o viés do pragmatismo como uma das epistemologias evocadas para debater a natureza do conceito, considerou importante para a indexação, registro e recuperação da informação a aplicação da linguagem natural, assim como o entendimento sobre o domínio se efetua como primordial.

Nessa linha, observa-se a possibilidade da contribuição da semântica

para compreender as limitações na constituição dos classemas e sememas, como apontado em *Semântica Estrutural* (GREIMAS, 1973), isto é, o signo, através do princípio de imanência é estabelecido pela significação do discurso, constituído por isotopias, assim como a compreensão das semioses na Semiótica para a estruturação do conceito.

Sob esse aspecto, é válido pensar nas contribuições de uma análise sobre os elementos pressupostos na configuração de um conceito; para tanto, seria necessário a análise do domínio, pelo viés pragmático, assim como fatores ideológicos e culturais, sob os aspectos do gênero do discurso, visto que, segundo Bakhtin (2006, p.14) “a palavra é a arena onde se confrontam aos valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo de sistema: comunidade semiótica e classe social não se recobrem”.

Retomando as ideias de Hjørland, em *Concept Theory* (2009), que traz reflexões sobre o papel da Teoria do Conceito em relação à sua atuação nas prerrogativas acerca da representação do conhecimento, compreende-se que a definição sobre o conceito, sua relação com o termo e sua composição como elemento primordial a fim de se estruturar ferramentas para a representação do conhecimento necessita de metodologias para estruturá-lo (HJORLAND, 2009).

Entretanto, há uma grande dificuldade para estabelecer metodologias funcionais e práticas para a estruturação de sistemas de representação do conhecimento justamente porque o elemento essencial para representar o conceito é o termo, no viés científico, ou ainda antes, no viés social e cultural, é a palavra, o léxico; sobre o valor simbólico, aspectos lógicos ou ainda ideológico, aplica-se o signo. A Semântica e a Pragmática compreendem que a palavra é uma materialização cultural, com reflexo de grupos sociais na intenção de representar um significado que seja possível de se recuperar.

Levando em consideração a contribuição do contexto para demarcar a significação do conceito, entende-se que avaliar o domínio seja uma premissa de relevante contribuição para estruturar uma metodologia factual e capaz de estreitar o entendimento que recai sobre o termo e sobre o conceito na confecção da representação de uma realidade, de uma entidade significativa, ou de um

pensamento, configurando um tipo de conhecimento acumulado pela humanidade.

A estabilidade do conceito é importante para o registro adequado, esperando que haja tranquilidade na indexação, recuperação, e disseminação do conhecimento, porém, se há a dificuldade em estabelecer uma metodologia capaz de definir como os sememas serão evidenciados pela aplicação do termo, promover a estabilidade torna-se ainda mais complicado, pois o diálogo entre domínios ocorre em uma velocidade de larga escala, na mesma proporção em que se constitui novos conhecimentos.

Além da preocupação com o contexto, é necessário compreender as situações que tangem à formatação do sujeito coletivo e como esse fator proporciona a compreensão sobre a potencialidade do discurso como condutor da significação devido à carga ideológica, histórica e situacional, portanto observar a linguagem documentária como elemento integrante de um discurso, tem muito a contribuir para o questionamento das metodologias para a representação do conhecimento estruturada pela relação termo-conceito.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa das análises das teorias que estudam o signo, Semiologia, Linguística Estrutural, Semântica Estrutural, Semiótica, Gênero do Discurso e Análise do Discurso, este estudo demonstrou que é possível analisar os procedimentos inerentes à linguagem documentária sob o viés de teorias que estudam o signo, visto que no seu processo de elaboração há a presença de fatores sociais, lógicos ou ideológicos dependendo do domínio.

Nessa perspectiva, é pertinente efetivar a aplicação da linguagem documentária a partir compreensão da natureza do termo, sua relação com o léxico, sua potencialidade em ser um signo, sua historicidade e marcas ideológicas frente à convencionalidade sob o viés linguístico-semântico, porém sem descartar seus resultados pragmáticos, além de compreendê-lo, em sua natureza filosófica com a Semiótica peirceana, como aspecto cognitivo em sua elaboração e em sua aplicabilidade normalizadora da significação, respeitando às necessidades dos domínios, porém atentando às práticas sociais.

Outro ponto resultante desta pesquisa é a importância da avaliação constante da dimensão significativa do termo, já que sua convencionalidade pode gerar confusões quando aplicado em diferentes contextos, logo em diferentes domínios, pois a ideia de convencionalidade poder induzir ao equívoco de que o sentido está preso à *langue*, descartando os aspectos pragmáticos da interação social e histórica.

Se, por um lado, um roteiro terminológico contribui significativamente para a efetivação de um domínio; por outro, diante da dinâmica social e com a velocidade em que se produz informação, não obstante, conhecimento, é preciso uma constante atualização dos termos, já que esse fenômeno social altera a dimensão significativa do conceito.

Diante disso, a Teoria do Conceito se depara com dimensões complexas para estabelecer uma metodologia pontual, ou, ao menos, sistematicamente procedimental para que as definições de relações conceituais com o seu referente sejam satisfatórias, bem como a garantia da confecção de um sistema de representação do conhecimento.

Sendo assim, analisar o discurso manifestante nos documentos pode contribuir para a formatação de uma análise a se aplicar à teoria do domínio, já que é necessário interpretar documento, seu discurso, sua historicidade para dialogar com os objetivos definidos pela comunidade, assim como dialogar com os contratos que legitimam o domínio. Segundo Bakhtin (2006, p. 15) “só a dialética pode resolver a contradição aparente entre a unicidade e a pluralidade da significação”.

Diante dessa proposição, essa pesquisa apresentou como resultado que é possível aplicar alguns fundamentos que reconhecem a linguagem documentária como signo para discutir sobre a natureza do termo e sobre a concepção do conceito para buscar formular uma compreensão de como atua o dialogismo com o domínio na busca de uma representação mais eficaz:

A) A constituição de um termo pressupõe uma base estrutural e formal: o léxico. Este se torna símbolo social a partir de sua formatação como signo, portanto há a somativa de atributos convencionalizados até sua constituição como conceito. Há um aporte material que evoca uma entidade significativa,

além das contribuições do extralinguístico.

Demonstrou-se, na constituição do termo, que este é o condutor significativo, mas não o significado e a abstração do conceito. Desse modo, o significado não está pronto, muito menos finalizado, visto que está em um processo contínuo de elaboração, já que é o reflexo contínuo da própria humanidade, por conseguinte da linguagem, é a concatenação na interação humana com o conhecimento.

B) um termo em ação, aplicado a um domínio, correlacionado a um discurso, evoca o conceito, ou seja, o conceito é resultado da tríade – termo, domínio, discurso, resultante de processos semióticos, visto que domínio e discurso podem ser elementos de conexão da análise, isto é, pode-se entender que é possível haver uma precipitação analítica do domínio para o conceito.

No entanto, este domínio apenas será compreendido quando avocar o discurso, já que será preciso compreender quem são os actantes, qual é a situação discursiva, quando se enquadra nos processos históricos e qual é a intenção ideológica na configuração desse conceito; por outro lado, pode-se também promover a precipitação analítica do discurso para o conceito, neste procedimento, entende-se que o discurso determina o domínio.

C) o domínio estabelece diálogo específico com o conceito, pois essa relação implica a limitação de semas e sememas (semântica); semiose e implicações extralinguísticas (semiótica).

D) O conceito ganha luz pela potencialização linguística do termo aplicado a um contexto, e a linguagem documentária evidencia sua natureza social, cultural, político, científico, histórico e ideológico.

E) A formatação de um conceito pressupõe o diálogo com outros conceitos, há uma rede semântica na sua constituição, assim como há uma rede argumentativa para justificar os seus respectivos sememas e semioses. É exatamente este processo que garante a limitação do significado da linguagem documentária, também sua estabilidade internalizada em um domínio. O conceito é fruto de uma constituição lógico-cognitiva aplicado a uma preposição, sendo assim sua aplicação em contextos diversificados permite enxergar o conceito como argumento na teoria dos interpretantes na Semiótica peirceana.

Além da dimensão lógico-cognitiva, é preciso também reconhecer que muitos conceitos são constituídos por ordem ideológica ou axiomática, assim sendo o signo como conceito pode ser compreendido pelas bases teóricas da Semiótica, do gênero discursivo e da Análise do Discurso.

F) a configuração discursiva de um domínio exige a identificação de um registro linguístico: função primordial da linguagem documentária.

G) Os predicados do mesmo conceito são elementos linguísticos, que dialogam virtualmente com predicados de outros conceitos, atualizando-os, o que caracteriza a construção de argumento à base de proposições lógico-cognitivas.

Sendo assim, a linguagem documentária tem muito a ganhar com as contribuições das teorias sobre o signo. A Linguística, no recorte proposto por este trabalho, tem muito a contribuir para a sistematização do termo, sua historicidade, sua formatação morfológica, sua existência como léxico, além de oferecer mecanismo de interpretação e análise dos conteúdos para estabelecer as aplicações semânticas, assim oferecendo ao conceito caminhos para desfazer ambiguidades, estabelecer parâmetros para termo-conceito polissêmicos e homônimos.

Nessa perspectiva, a Semiótica peirceana pode contribuir com as questões filosóficas acerca da natureza do signo e analisar as dimensões significativas da semiose, assim podendo a linguagem documentária definir quais parâmetros definem as experiências e os conhecimentos partilhados com os domínios.

Além disso, demonstrou-se que a linguagem documentária é capaz de resgatar todo o enunciado anterior, assim como as premissas discursivas de sua dimensão histórica, ideológica, como ainda a intencionalidade dos autores dos documentos, podendo assim permitir a Análise Documentária o resgate de informações implícitas, manifestantes na enunciação e no discurso, fundamentais para a compreensão do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. C. Conceito como signo: elemento semiótico para análise e mediação da informação. **Scire**, ISSN 1135-3716. v. 18, n. 2, 49-55, 2012.
- ALMEIDA, C. C. **Peirce e a Organização da Informação: contribuições teóricas da Semiótica e do Pragmatismo**. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, Brasil, 2009.
- ALVARES, L. (org.). **Organização da Informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4Editores, 2012.
- BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARITÉ, M. G. **Diccionario de Organización del Conocimiento: Clasificación, Indización, Terminología**. 6. ed. Montevideo: CSIC, 2015.
- BARITÉ, M. G. Organización del conocimiento: um nuevo marco teórico-conceptual en bibliotecología y documentacion. *In*: CARRARA, Kester (org.). **Educação, universidade e pesquisa**. III Simpósio em Filosofia e Ciências Marília. São Paulo: Unesp-Marília-Publicações, Fapesp, 2001.
- CABRÉ, M. T. Norma y normas en terminología: concepto, tipología y justificación. *In*: ISQUERDO, A. N; FINATTO, M. J. B. (org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. v. 4. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Trad. Fabiana Komesu. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- CINTRA, A.M *et al.* **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis, 1994.
- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 7, n. 2, dec. 1978. ISSN 1518-8353. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- DE WALL, C. **Sobre Pragmatismo**. Trad. Cassiano Terra Rodrigues. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- DUBOIS, J *et al.* **Dicionário de Linguística**. Trad. Bras. Izidoro Blikstein *et al.* São Paulo: Cultrix, 1998.
- FUJITA, M. S. L.; Nardi, M. I. A. A leitura em análise documentária. **Transinformação**, v. 10, n. 3, 1998.

GREIMAS, A. J.; COURTÈS, J. **Dicionário de Semiótica**. Trad. Alceu Dias Lima *et al.*, 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

GREIMAS, A. J. **Semântica Estrutural**. Trad. Haquira Osakape e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HJORLAND, B. Concept Theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 60, n. 8, 1519-1536, 2009.

HJORLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2, p. 87- 111, 2003.

LARA, M. L. L. G. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica das reflexões do grupo temma. **Informação & Informação**, v. 16, n. 2, 92-121, 2011.

LARA, M. L. L. G. Informação, informatividade e linguística documentária: alguns paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro. **DataGramZero**, v. 9, n. 6, 2008.

LARA, M. L. L. G. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas v. 16, n. 3, 231-240, 2004.

LARA, M. L. L. G. O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. **DataGramZero**, v. 2, n. 6, 2001.

LARA, M. L. L. G.; TÁLAMO, M. F. G. M. Uma experiência na interface linguística documentária e terminologia. **DataGramZero**, v. 8, n. 5, 2007.

MAIMONE, G. D.; TÁLAMO, M. F. G. M. Linguística e terminologia: contribuições para a elaboração de tesouros em ciência da informação. **DataGramZero**, v. 12, n. 2, 2011.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eunice Pulcinelli Orlandi *et al.* 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Trad. Bras. Antônio Chelini *et al.* São Paulo: Cultrix, 2006.

SANTOS, J. C. F.; MOREIRA, W. Skos: uma análise sobre as abordagens e suas as aplicações na ciência da informação. **Informação & Informação**, v. 23, n. 3, 362-389, 2018.

SILVERIA, L. F. B. **Curso de Semiótica geral**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

SMIRAGLIA, R. P. **The “nature” of a work: implications for the organization of knowledge.** Lanham: Scarecrow, 2001.

TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. L. G. Interface entre linguística, terminologia e documentação. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 3, n. 2, 2009.

DOCUMENTARY LANGUAGE AND THE SIGN: AN ANALYSIS ON TERM AND CONCEPT

ABSTRACT

Objective: to analyze the sign as the term-concept binomial and the technical relationship for the application of documentary language. In addition, it intend to carry out this analysis by exploring some theories of the sign, highlighting Semiology, defended by Saussure and Semiotics, presented by Peirce, thus reflecting on the concept in its role as a sign in order to verify how it acts in the discursive plane and how it lodges in the domain **Methods:** qualitative nature, exploratory type, in which theories from Linguistics are analyzed, and Peircean Semiotics, to understand the relationship between sign and object. In addition, works published in the Knowledge Organization area were recovered, establishing dialogues between the areas, providing cross-information based on interdisciplinarity, enabling the construction of inferences in search of reflections and innovations. **Results:** the procedures inherent to the documentary language can become more systemic and punctual with interdisciplinary action. In this perspective, the understanding of the nature of the term, its relationship with the lexicon, its potential to be a sign, its historicity and ideological marks in the face of conventionality under the linguistic bias, in addition to understanding it in its philosophical nature with the corroborating Peircean Semiotics the elaboration of the documentary language and its applicability to normalize meaning, respecting the needs of the domains, while paying attention to social practices. **Conclusions:** language theories have a lot to contribute on theoretical issues, with discussions about the representation of knowledge and its relationship with documentary language, thus directing the understanding of the systematization of linguistic phenomena in the elaboration of documentary language, thus collaborating for good practice knowledge organization systems.

Descriptors: Linguistics. Semiotics. Knowledge Organization. Concept Theory. Domain Analysis

EL LENGUAJE DOCUMENTAL Y EL SIGNO: UN ANÁLISIS DE TÉRMINO Y CONCEPTO

RESUMEN

Objetivo: analizar el signo como binomio término-concepto y la relación técnica para la aplicación del lenguaje documental. Además, pretendemos realizar este análisis

explorando algunas teorías del signo: Semiología, defendida por Saussure y Semiótica, presentada por Peirce, reflexionando así sobre el concepto en su papel de signo para verificar cómo actúa en el plano discursivo y cómo se aloja en el dominio. **Método:** cualitativo, exploratorio, analizando las teorías desde la Lingüística y Semiótica Peirceana, para comprender la relación entre signo y objeto. Además, se recuperaron trabajos publicados en el área de Organización del Conocimiento, estableciendo diálogos entre las áreas, brindando información cruzada basada en la interdisciplinariedad, posibilitando la construcción de inferencias en busca de reflexiones e innovaciones. **Resultado:** los procedimientos inherentes al lenguaje documental pueden volverse más sistémicos con la acción interdisciplinar. En esta perspectiva, comprender la naturaleza del término, su relación con el léxico, su potencialidad de signo, su historicidad y marcas ideológicas frente a la convencionalidad bajo el sesgo lingüístico, además de comprenderlo en su naturaleza filosófica con el La Semiótica Peirceana corrobora la elaboración del lenguaje documental y su aplicabilidad normalizadora de significados, respetando las necesidades de los dominios, prestando atención a las prácticas sociales. **Conclusiones:** las teorías del lenguaje tienen mucho que aportar en cuestiones teóricas, con discusiones sobre la representación del conocimiento y su relación con el lenguaje documental, orientando así la comprensión de la sistematización de los fenómenos lingüísticos en la elaboración del lenguaje documental, colaborando así para la buena práctica de sistemas de organización del conocimiento.

Palabras clave: Lingüística. Semiótica. Organización del conocimiento. Teoría de conceptos. Análisis de dominio.

Recebido em: 20.04.2021

Aceito em: 04.10.2021